

TAJ7E40	276670NIC0254246	05/04/2025	50020	R\$ 586.94
TAZ5D55	276670NIC0254282	05/04/2025	50020	R\$ 260.32

276670 PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.^a oferecer recurso contra a infração junto à CMTU - LONDRINA até 18/08/2025, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Documento de Habilitação
FLR3G64	276670X001166599	11/01/2025	74550	

COHAB – COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA

PORTARIA

PORTARIA Nº 81 / 2025

O DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA - COHAB-LD, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social,

RESOLVE:

- Designar as funcionárias **MARINA AKIKO KOBAYASHI** e **ILMARA CONDE MARTINS PINHEIRO** respectivamente, como Gestora e Fiscal do Contrato Administrativo nº 13/2025, firmado com a empresa "**FÁBIO HENRIQUE RIBEIRO & CIA LTDA**", oriundo do Processo Administrativo Licitatório 26/2025 - **Dispensa de Licitação nº 19/2025**, o qual tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de elaboração dos programas PCMSO, PGR, LTCAT, LIP e AET bem como assessoria completa mensal do e-Social, para atender as necessidades da COHAB-LD.
- A presente Portaria tem validade enquanto estiver vigente o Contrato Administrativo acima mencionado.
- Publique-se na forma da Lei.

Londrina, 09 de julho de 2025. Luciano Godoi Martins, Diretor(a) Presidente

PROCON – NÚCLEO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

EDITAL EDITAL nº 204/2025 – PROCON-LD**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

PROCON-LONDRINA, sito à Rua Piauí, nº 1117, Centro, nesta cidade, através de seu Diretor Executivo, Bruno Lopes Sebastião, com fundamento no Artigo 42, Parágrafo 2º do Decreto nº 2.181/97, faz saber que perante esse órgão, tramita processo administrativo sob o nº 22/2021, referente ao Auto de Infração nº 017/2021, tendo como Interessado **PROCON-LD**, inscrito no CPF/CNP sob nº 75.771.477/0001-70 e Fornecedor **SIC - SISTEMA INTEGRADO DE CLUBES, HOTEIS E TURISMO LTDA (S.I.C-TOUR)**, inscrito (a) no CPF/CNPJ sob o nº 46.550.141/0001-89, e que por este Edital fica **NOTIFICADO** acerca da Decisão Administrativa proferida pela Comissão Especial de Julgamento e ratificada pelo Diretor Executivo, a qual aplicou **MULTA DEFINITIVA** no montante de R\$ 32.139,35 (trinta e dois mil cento e trinta e nove reais e trinta e cinco centavos), por infração ao disposto nos art. 6º, incisos III e VI; art. 31; art. 35, inciso III; art. 39, inciso V e XII, todos da Lei Federal nº 8.078/1990. Salientamos que a multa deverá ser recolhida no prazo de 30 (trinta) dias à conta do Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, sob pena de inscrição do débito em dívida ativa do Município.

Da mesma forma, fica Vossa Senhoria NOTIFICADA da possibilidade de interpor recurso, no prazo de **10 (dez) dias**, nos termos do artigo 49 do Decreto nº 2.181/97 c/c art. 81 e seguintes do Decreto Municipal nº 436/2007.

Fica ainda notificada a Fornecedor de que o recolhimento da multa deverá ser feito por boleto a ser retirado na sede deste PROCON-LD ou solicitado via e-mail (pagamentos.procon@londrina.pr.gov.br).

E para que chegue ao conhecimento do interessado e não alegue ignorância, mandou passar o presente Edital que está sendo publicado no Jornal Oficial do Município de Londrina.

Eu, Thiago Ricardo Elias, que fiz digitar e subscrevo.

Londrina, 11 de julho de 2025.

THIAGO RICARDO ELIAS

Assessor Técnico Administrativo

PROCON - LD

EXTRATOS

DECISÃO Nº 111, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Processo Administrativo nº 23/2021

Fornecedor/Representado: PERUSSOLO E ANDRADE CONVENIÊNCIA LTDA (POSTO AEROPORTO)

Assunto: Prática infrativa/Aplicação de sanção.

Em acolhimento às razões fáticas e técnicas consubstanciadas no Auto de Infração nº 18/2021, adotando-as como motivação, aplico ao representado multa no valor de R\$ 920,99 (novecentos e vinte reais e noventa e nove centavos), conforme Art.56, inc. I e Art.57 ambos da Lei Federal 8.078/1990 devendo o valor ser recolhido em favor do Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, nos termos determinados pelos Artigos 22 e 23 do Decreto Municipal 436/07 c/c Art. 20 da Lei Municipal nº 9.291/03.

Intime-se o representado para ciência e cumprimento da presente decisão. Publique-se.

BRUNO LOPES SEBASTIÃO

Diretor Executivo

PROCON-LD